

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

ANARQUISMO

utopia das utopias?

Helena Isabel Müller
Universidade Federal Fluminense

A utopia tem andado bastante em voga nos últimos tempos. Infelizmente, a meu ver, não por estarmos vivendo um momento desejante, quando ela se coloca como uma das pulsões mais importantes na sociedade, mas, sim exatamente, pelo seu contrário, pela discussão em torno da morte da utopia, do fim da história. Diversos motivos informam essa discussão. Olhar para a antiga União Soviética, sem um filtro ocultador de sua realidade, torna possível realmente ver o que lá se passa; a queda do muro de Berlim, que acaba com a separação física dos dois lados de lá e o fim da guerra fria são apenas alguns dos acontecimentos que vêm marcando os últimos tempos nos colocando frente a frente a diversas questões. Por um lado e pragmaticamente nos deparamos com “o fracasso” do socialismo real na construção de um mundo novo e portanto com o fim dessa utopia. Para alguns mais radicais, o fim do socialismo marxista. Por outro lado, o lado do desejo, do devaneio, da utopia, nada surgiu para preencher o vazio que ficou e, o que me parece pior de tudo, não há desejo de desejar, se me permitem a redundância. Aparentemente, John Lennon tinha razão: o sonho acabou.

É no vazio desse espaço que a discussão sobre a utopia começa a ter lugar. Não mais nos dedicamos a utopizar — o mundo contemporâneo (culpemos o neo-liberalismo) é por demais pragmático para tal — mas nos dedicamos a discutir a utopia, a falar sobre ela, a transformá-la em um tema mais do que uma pulsão.

Antes de entrar no tema propriamente dito de minha palestra, gostaria de fazer algumas considerações sobre a utopia, pois ela tem as mais diversas apreensões e significados também os mais diversos a ela são atribuídos. O mais comum de todos é aquele que a identifica com aquilo que jamais vai se concretizar, a um desejo impossível. Esse significado, aliás, já entrou para o linguajar do dia-a-dia e mesmo os textos acadêmicos utilizam-no.

Um outro sentido da utopia é aquele que a identifica com o desejo de dar solução às questões mais complexas da sociedade, questões que não encontram solução no presente, ou melhor: a solução para estas é de tal forma ameaçadora que é colocada para fora dela; externa a essa sociedade. São pensadas assim sociedades outras, projetadas para fora do presente histórico e sem qualquer vinculação com ele. Assim sendo, a utopia se configura como sendo uma ruptura com a história ou seja: uma ruptura com a continuidade histórica, como se a pressa para se viver uma sociedade, onde as contradições estivessem resolvidas fosse tanta, que não seria possível esperar pelo curso da história, até que ela estivesse, digamos, pronta para solucionar seus impasses. É esse desejo urgente de mudança que informa os diversos discursos utópicos desde a utopia de Morus, para estabelecer com ela um marco. O utopista, assim, olha a realidade presente, vive suas contradições — quase sempre associadas à dominação e à exploração — e descreve, em seu texto, uma sociedade outra que é, no mais das vezes, também geograficamente outra. Parece que a distância, o isolamento — normalmente as utopias desse período são ilhas ou cidades isoladas, sem qualquer relação com o mundo do presente histórico que as informa — permitiria que o desejo de uma alteridade social se manifestasse plenamente sem entraves e livre para ser totalmente diferente.

Dentro dessa perspectiva, e como foi dito acima, a utopia se configura como sendo uma ruptura com história, pois não é por ela construída. Pelo contrário é fora dela e rompendo com ela que a utopia se manifesta. É importante ressaltar que quando estou falando em história, não estou me referindo à memória histórica, pois é essa que informa a utopia, mas, sim a qualquer forma de determinismo ou mecanicismo histórico que leve a pensar o futuro como sendo um desdobramento do presente. Como mencionei acima, há uma pressa no utópico para que a sua sociedade venha a existir, mesmo que, como nas primeiras utopias, somente enquanto discurso.

O desenvolvimento da história — leia-se do capitalismo — torna cada vez mais clara a dominação e a exploração, questões básicas que geram desejo de sua superação o que desperta a pulsão utópica, levando a mudanças no discurso utópico, assim como em suas formas de expressão. As cidades e/ou ilhas, como espaço da utopia, dão lugar a projetos de sociedades inseridas dentro do presente histórico, permanecendo, no entanto, viva a noção de ruptura com a história enquanto perspectiva de futuro. Ou seja, os projetos utópicos são assim pensados e articulados dentro da sociedade vigente, não enquanto fruto do desenvolvimento da história, mas apesar dela, pois em nada depende dela para existir tampouco querem nela interferir. Propõe-se sim, enquanto experiência para provar sua viabilidade e excelência. Cabet,

Fourier, Owen — esse último com suas especificidades — seriam, entre muitos outros, expressões acabadas desse momento da utopia.

Paralelamente a essa projetualidade utópica, e como seu desdobramento, surge a necessidade de viver a utopia. É quando começam a aparecer colônias — poderíamos chamá-las de “viagens utópicas” — tanto na Europa como nas Américas, que são tentativas de concretizar o desejo da sociedade outra. Dessas colônias temos exemplos aqui no Brasil, a começar pelos falanstérios fourieristas que existiram no Paraná e Santa Catarina, em meados do século XIX, assim como a colônia anarquista Cecília, também no Paraná.

Essa pequena, pequeníssima aliás, história da trajetória utópica, feita à guisa de introdução, tem o objetivo de ressaltar a utopia enquanto ruptura com a história, noção essa que tem especial importância nas reflexões que desenvolvo sobre o anarquismo e o movimento anarquista, estabelecendo assim seu viés utópico.

Faço aqui uma distinção entre anarquismo e movimento anarquista, significando o primeiro não propriamente um modelo ideal, mas, sim, um corpo de idéias e de paradigmas que funcionam como um núcleo central e orientador de um processo de reflexão que, abstraindo as questões específicas, permitem perceber a existência de um pensar universal anarquista. Por outro lado, como movimento anarquista, entendo, não propriamente a simples prática desse ideário, mas a relação difícil e de conflito entre esse e a história real.

Essa distinção entre anarquismo e movimento anarquista se torna essencial para entendermos algumas questões relevantes da história do anarquismo e mesmo para responder a uma pergunta que, de resto, é colocada desde dentro do movimento anarquista, qual seja: por que o caráter eminentemente perdedor do movimento anarquista? Sim, pois em todos os processos revolucionários, principalmente naqueles do século XX, os anarquistas (e com eles o movimento anarquista) têm sido perdedores, quando não derrotados. Refiro-me especificamente a duas revoluções: a russa e a espanhola.

Repensando um pouco a sua história, o anarquismo nasce junto com o socialismo, na vertente secularizante do iluminismo. Podemos mesmo dizer que eles nascem de um inexorável e progressivo desencanto com o mundo tal qual ele se apresenta após a Revolução Industrial, frente à crescente dominação e exploração que ela traz. Diferem um do outro na maneira como olham para o futuro, diante desse mundo desencantado, em especial, diante da questão do poder. Deixemos de lado uma possível discussão sobre as diferentes expressões do socialismo e, mesmo, das diferenças/semelhanças

entre esse e o anarquismo, para nos concentrarmos nesse último. O movimento anarquista tem um momento bastante preciso, marcando seu nascimento: o congresso de Saint Imier, na Suíça, em 1872, que marca, do lado dos anarquistas, a definitiva ruptura com os autoritários como eram chamados os seguidores das propostas de Marx, para os rumos a serem seguidos pelo movimento operário na Primeira Internacional.

Pensar o anarquismo significa pensar a liberdade e a igualdade. Em síntese, esses seriam seus princípios básicos ou melhor dizendo a síntese desses é que formará o princípio anarquista. Em torno da liberdade, sempre vista enquanto relação social, jamais individual, enquanto vivência e não enquanto conceito, é que é construído todo o corpo de reflexão que o norteia. Liberdade que não é colocada enquanto objetivo a ser conquistado em um futuro mais ou menos próximo, com ou sem etapas, mas sempre futuro, mas sim enquanto princípio informador para qualquer reflexão sobre esse futuro. Ela não está, portanto, no horizonte da história, mas se coloca como ponto de partida para a construção de sua história, que se propõe como história outra que aquela que vinha sendo vivida até então. É nesse momento que se explicita o viés utópico do anarquismo, pois dessa maneira ele se coloca nitidamente enquanto ruptura com a história.

Entremos mais nessa questão. Acima fiz referência a uma matriz comum para o nascimento do socialismo e do anarquismo. Agora é o momento de colocar algumas diferenças que considero serem fundamentais. Se o momento do nascimento é o mesmo, a história que os informa, sem dúvida também é a mesma, o que significa que os dois, sendo articulações estruturadas para se pensar em direção ao futuro, terão na maneira de olhar para esse futuro o seu diferenciador. Para os socialistas, a história presente, com suas contradições e conflitos, construiria, senão o futuro, pelo menos as condições para que um futuro projetado pudesse se concretizar. Ou seja: o presente é o princípio informador do futuro, donde a sua história terá como ponto de partida, mesmo que para a superação de suas contradições fundamentais, os paradigmas da sociedade presente. Assim sendo, nessa percepção, a revolução socialista pressupõe a grande indústria e, principalmente, de sua parte vital, o proletariado que, dada as suas condições de existência, desde seu surgimento, seria como o que o portador da revolução. Sem o proletariado, portanto sem o capitalismo em sua plenitude, ela não seria possível, pois não existiria o núcleo de tensão revolucionária que é a contradição entre a burguesia e o proletariado. Essa tensão desembocaria na revolução que teria seu apogeu e sua vitória no momento em que o proletariado, tomando o poder, iniciasse a construção do socialismo. Nesse processo, a nova classe-no-poder utilizaria os mecanismos sociais existentes e a partir deles é que transformaria a presente sociedade de

classes em uma sociedade sem classes. O referencial da nova sociedade, ou seja, da nova história, seria dado pela sociedade a ser destruída, o que equivale a afirmar que, dentro dessa perspectiva, o presente é o parâmetro do futuro e que a história é informada pela continuidade.

Sem dúvida alguma, na síntese acima, cometi o grave pecado de excessiva simplificação, mas tenho a certeza de que poderei ser absolvida ao deslocar a discussão para o que é realmente o centro da presente análise, ou seja, para a outra vertente do desencanto que é o anarquismo. Para este, enquanto corpo de reflexão, o paradigma mencionado não existe, pois pensa a sociedade do futuro como sendo uma sociedade outra que está sendo vivida no presente histórico e não como a sua continuação, mesmo que diferente. Pensa, assim, não a transformação da sociedade presente em uma sociedade diferente, mas sim a ruptura com a sua história para que a sociedade nova possa ser uma sociedade outra. É nesse sentido que Bakunin afirma que o ato de destruir é em si um ato de construir. No entanto, essa construção do novo não é uma construção aleatória, pois alguns princípios bastante concretos a informa, quais sejam: liberdade, igualdade e, acrescento aqui, a solidariedade. Nesse momento, se configura a ruptura com a história, com o “hálito gélido da história”, no dizer de Bookchin, mas jamais com sua memória que deverá sempre ser alimentada. O que precisamente vem a ser essa ruptura com a história? Não se trata, e isso é importante que se tenha em mente, por isso volto a falar, de apagar a memória histórica ou, muito menos, de negar a história, pois, se assim fosse, estaríamos negando o espaço fundante da reflexão anarquista. Trata-se, sim, de olhar para a história e, a partir dela, perceber qual o fio condutor que informa a permanência — ou se preferir a continuidade — dentro dela. Esse fio negro da continuidade poderia ser caracterizado pelo poder e sua expressão mais entranhada na sociedade que é a autoridade em suas mais diversas formas de expressão. Começamos, dessa maneira, a aproximar nossos dois objetos de reflexão: o anarquismo e a utopia, tendo como ponto de convergência a ruptura com a história. Com efeito, se buscássemos uma definição do anarquismo, poderíamos dizer que o que o caracteriza é uma crítica sistemática do princípio de autoridade, seja em suas determinações históricas dadas — o passado — como em suas determinações históricas possíveis.

Essa crítica sistemática da autoridade, do poder enfim, presente no anarquismo, se configura em dois níveis. Primeiramente, se expressa uma articulação teórica de crítica epistemológica da autoridade em suas formas existentes, como que um núcleo científico e, diríamos, não-ideológico, que aparece como descrição de um poder real existente. Nesse momento, a crítica anarquista do poder — da autoridade — se refere aos níveis de suas determinações históricas dadas não ainda de suas determinações históricas

possíveis. É a memória histórica que está em ação e não a ruptura com a história. A utopia em seu sentido mais radical ainda está latente. Em segundo lugar, e para nós o mais importante, no entanto, é a passagem da análise de um poder factual — existente — para a crítica de um poder possível, pois é nesse momento que aparece em sua plenitude a utopia como princípio fundante do anarquismo. A crítica a um poder possível desemboca na recusa de todo e qualquer poder informada por outro princípio do anarquismo, qual seja, a liberdade.¹ Essa recusa, por sua vez, se expressa como ruptura com a história, pois essa vem sendo desde sempre informada pelo poder — pela autoridade — não importando de que forma ele se manifeste. Não há no anarquismo, pois, a possibilidade de se trabalhar uma determinada história para iluminar aquela ou aquela outra. Há uma ruptura para o devir, que deixa para traz a possibilidade de continuidade, de qualquer forma de repetição, nem mesmo como farsa.

Nesse momento a história outra — a *ganz anderes geschichte* de Benjamim — é um tempo de construção e não de reprodução. Há marcos, parâmetros para esse outro; não existem, no entanto, caminhos já escritos ou mesmo planejados. Há um grande norte, a liberdade, que é também o ponto de partida de todo o processo de construção. Creio mesmo que é essa noção de ruptura com a história, que aqui identifico como sendo o viés utópico do anarquismo, que fascina Benjamim e que poderíamos mesmo identificar com seu “salto de tigre”, explosão da continuidade e não seu embelezamento.²

Fica claro, assim, o sentido que a dimensão utópica tem para o anarquismo e que desarma a resistência, e mesmo rejeição por parte de alguns anarquistas, em serem identificados como utópicos, temerosos de serem associados àqueles que sonham sonhos impossíveis e que, por isso, são considerados “menores”. O anarquismo é, sim, a expressão daquilo que não existe, do desejo por algo ainda não existente, o que não quer dizer que não poderá vir a acontecer. A utopia anarquista não se propõe como uma dimensão criativa de um pensamento atual, mas sim busca a prática da liberdade que nesse momento se identifica com o possível. A reivindicação anarquista, que de resto lhe é inerente, da inexauribilidade da liberdade se dá como utopia, que se estabelece em um ponto no futuro, como forma perenemente desestruturante do possível autoritário, da possibilidade histórica de que a autoridade se reforme, que o indeterminado se torne

1 Nico Berti, “La Dimenzione Utopica nel Pensiero Anarchista”, *Volontà. Rivista Anarchica Trimestrale*, 3, 1981 pp. 4-14.

2 Michael Lowy, *Redenção e utopia. O judaísmo libertário na Europa Central*, São Paulo, 1989 e Olgária C. F. Matos, *Os Arcanos do Inteiramente Outro. A escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo, 1989 (ambos *passim*).

determinado, que a liberdade se institucionalize. Dessa maneira, e em certo sentido, o anarquismo se remete mais a uma ética do que a uma projetualidade.

Dentro dessa lógica, e venho afirmando isso sistematicamente, a sociedade futura não se molda na sociedade passada, o possível não tem condicionante, que o amarre a um determinado fim a não ser um irreduzível compromisso com a liberdade e a igualdade. Daí concluirmos também que, para realizarmos a liberdade e a igualdade não é necessário construir, *ex ante* um determinado tipo de sociedade, tampouco alcançar um determinado grau de desenvolvimento sócio-econômico, como privilegia o marxismo. A liberdade e a igualdade não são construíveis somente a partir de qualquer determinante, mas podem, e devem, ser construídas sistematicamente a partir da realidade presente. Nesse momento, o anarquismo emerge como uma alternativa teórica e prática multifacetada — desde o mutualismo ao anarco-comunismo passando pelo anarco-sindicalismo — o que quer dizer que se coloca não como uma forma determinada e definitiva de sociedade, ou do que seria a sociedade futura, mas, sim, como um possível a ser experimentado. No dizer de Nico Berti: “o pluralismo anarquista, aberto a criar possibilidades múltiplas de experiência social e política, demonstra a validade prática da utopia anarquista como possibilidade aberta ao futuro”.³

Assim sendo, se o anarquismo se propõe como destruidor de qualquer forma de poder — autoridade — o movimento anarquista terá que dar conta de uma luta sem fronteiras, que perpassa a sociedade como um todo, pois a revolução libertária socialista, para zerar radicalmente qualquer poder, não só real (presente), mas imaginário (possível), luta, ao mesmo tempo contra o poder religioso, político econômico-social, amoroso, racial, familiar etc. Portanto, o ato revolucionário não pode reconhecer, em seu fazer-se, nenhuma realidade a ele superior: faz-se, sim, e ao mesmo tempo, corrosão sistemática de todo poder possível, de toda possibilidade de formação do poder. Daí a necessidade da contemporaneidade dos atos revolucionários dentro da revolução. Não há a menor possibilidade de uma etapização da revolução ou seja, primeiro a luta contra o poder político depois contra o poder social e etc. Dessa maneira, dentro de uma perspectiva anarquista, e creio mesmo que a história nos tem mostrado que não só nessa, a revolução já teria nascido vencida, pois o poder teria tempo de se reorganizar e emergir com todas as suas forças dentro do processo revolucionário, no primeiro virar da esquina.

Para os anarquistas — síntese do anarquismo e do movimento anarquista — portanto, não estando a revolução dada na e pela história, há que fazê-las

3 Nico Berti, *op. cit.*, p. 12.

— revolução e história — com suas próprias mãos, há que construí-las cotidiana e incansavelmente. Não existe tréguas possíveis nesse ato, que, de resto, ato não é, mas sim uma atitude. Uma atitude que evidencia a dimensão utópica do anarquismo, e que, por sua vez, evidencia o significado da liberdade como força primária e inexaurível do ser humano.

Anteriormente, chamei a atenção para a separação entre anarquismo e movimento anarquista, explicando que o fazia para poder, além de evidenciar melhor a dimensão utópica do movimento anarquista, buscar uma maneira de responder, ou pelo menos desvendar caminhos para uma resposta do porquê do caráter perdedor do movimento anarquista. Caráter perdedor, friso, do movimento anarquista e não do anarquismo que, como creio ter evidenciado, está longe de ser perdedor. Portanto, agora, nos movimentaremos na esfera da relação entre o anarquismo e movimento anarquista, que como veremos levará a contradições extremamente difíceis de serem resolvidas.⁴

Desde suas origens — o Congresso de Saint Imier, em 1872 — o movimento anarquista se defronta com uma contradição a bem dizer insolúvel: de um lado se constitui politicamente e de outro se nega enquanto tal. Em outras palavras, toda ação do movimento anarquista é dirigida a negar a política, no sentido em que renuncia a qualquer possibilidade de gestão. Por política, aqui, entenda-se a política institucional, mais precisamente aquela herdada da Revolução Francesa, cujo paradigma é o poder exercido como gestão do Estado em suas mais diversas formas de expressão. Se tivermos em mente os princípios fundantes do anarquismo — a recusa do poder, seja em sua dimensão histórica dada como em sua dimensão histórica possível — começamos a desvendar essa esfera pantanosa, na qual o movimento anarquista irá se mover.

Para melhor trabalhar essa questão, torna-se útil fazer uma relação do movimento anarquista com o socialista, parceiro de lutas, opositor ferrenho na mais das vezes, mas opositor dentro do mesmo campo de ação ou seja: o movimento operário de um lado e a busca da construção de uma sociedade socialista, do outro. Ambas nascem no âmbito do movimento operário e tem a Primeira Internacional como seu campo de embates. A lógica que os informa, no entanto, é que os torna radicalmente diferentes e faz com que, desde sempre, disputem não só na esfera de suas formulações teóricas, como também, e, principalmente, em relação à organização dos rumos a serem trilhados pelo movimento operário nascente. Temos que ter em mente que esse movimento, no período que estamos trabalhando (fins do século XIX), é mais um movimento de resistência do que revolucionário propriamente dito.

4 Helena Isabel Mueller, *Flores aos Rebeldes que Falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília*, Tese de Doutorado, USP, 1990, mimeo.

Será o rumo dessa revolucionariedade que irá configurar o campo de embates.

Nesse sentido, de um lado temos a proposta que, para simplificar, aqui chamaremos de marxista e que segue a lógica da política contemporânea, qual seja: a organização do movimento operário no sentido de torná-lo hábil a se confrontar com as forças políticas vigentes e assim, se não de imediato disputar o exercício do poder, ao menos participar do processo de sua gestão nas formas historicamente dadas. Seu espaço de ação, portanto, se torna cada vez mais o espaço político tal qual ele se configura no presente histórico, ou seja, o espaço da política institucional. Nesse momento, o socialismo se coloca irremediavelmente dentro da história, mesmo que em seu projeto se articule a sua transformação.

Já o movimento anarquista parte do princípio da recusa da política enquanto espaço e disputa pelo poder, mesmo que nela esteja embutida o projeto de sua transformação em um processo “a serviço” da revolução socialista. Essa recusa sistemática está informada pela impossibilidade de o anarquismo olhar para o futuro com os olhos do passado, ou seja pensar a construção da sociedade libertária tendo como base uma das mais importantes representações da autoridade que vem a ser o poder político configurado no Estado. Por outro lado, o movimento anarquista, assim como o movimento socialista, só pode existir se se movimentar dentro da esfera do político, da atividade política como exercício cotidiano, espaço natural de ação de um movimento social. Nesse momento, o movimento anarquista se coloca simultaneamente na e contra a história. Essa é uma contradição inerente ao movimento anarquista e que dificilmente será resolvida.

Ela se explicita quando o anarquismo se faz movimento anarquista e isso se dá, como já mencionei, quando da cisão da Primeira Internacional, em 1872, cisão essa, não por acaso, em torno da questão da política. De um lado, os marxistas articulando sua participação na política; do outro, os anarquistas recusando a política, na defesa da revolução social. Afirmando que é nesse momento que nasce o movimento anarquista enquanto tal, porque até então aqueles que se agregavam em torno do ideário anarquista, se auto-denominavam anti-autoritários, algo bastante vago, apesar de expressar de maneira bastante simplista esse mesmo ideário. Simplista pois, mesmo que a recusa da política, como expressão do poder seja informada por um anti-autoritarismo, não se resume a ele. É fazendo face a um oponente que surge o anarquismo organizado enquanto movimento. Como se vê, o anarquismo se estrutura dentro da história, filho mesmo da história, pois é só à medida em que olha para ela, olha para o processo que originou seu desencanto frente o presente — a modernidade — é que se faz reflexão e conhecimento.

Novamente, concentrando seu olhar, só que dessa vez em direção ao futuro, não consegue fugir à desesperança da perspectiva de uma história informada pelo poder, o que quer dizer a manutenção da dominação, da exploração, de tudo aquilo que havia dado origem ao seu desencanto. Romper com esse horizonte, que se configura como continuidade, é condição para sua existência, o que determina ser contra a história, contra essa história.

Nos primeiros anos do movimento anarquista — de 1872 a 1917 — essa contradição se mantém como que oculta. A esfera da política está se estruturando através do surgimento de tendências políticas que se organizarão enquanto partidos políticos na defesa de seu ideário e de seu espaço de ação. Nesse processo é possível para os anarquistas manter quase que intactas suas posturas, quais sejam: a) o internacionalismo só pode se manter revolucionário à medida em que a luta política não se sobreponha à luta social; b) a revolução — em seu sentido verdadeiramente radical — não poderá ser diluída pois não é possível diluir uma lógica ou um princípio; c) a revolução não poderá ser política mas somente social e assim sendo universal; d) entre o mundo do trabalho não existe qualquer possibilidade de mediação. Neste sentido o movimento anarquista se coloca quase que como repositivo de uma imagem: a imagem da revolução “*tout court*”, sem mediação. Nesse sentido, também, é que o movimento anarquista se coloca enquanto sujeito ético que se move no sentido político no interior de um corpo social. O que quer dizer revolução social enquanto revolução universal, humana internacionalista, tanto a nível econômico como sexual, anti-autoritária e política, pedagógica e autonomista. O momento prioritário permanece sendo a revolução e não algumas de suas expressões contingenciais que o desenvolvimento histórico possa vir a colocar.

Como afirmei acima, o movimento anarquista, nesse período e até 1917, se estruturava e articulava sem grandes confrontos e quando esses existiam, se expressavam dentro do movimento operário. Com o passar do tempo, no entanto, o embate entre marxistas e anarquistas vai deixando o campo operário para vir a ter lugar na sociedade como um todo, à medida em que os socialistas de orientação marxista começam a se estruturar partidariamente o que desembocará na fundação dos diversos Partidos Socialistas. Nesse momento o movimento anarquista começa a se defrontar com sua contradição fundamental pois o “campo de batalha” se desloca para a esfera política. E é uma batalha talvez das mais dolorosas pois tem que se defrontar explicitamente com um suposto companheiro na luta contra o capitalismo. É possível dizer, no entanto, que o duelo final entre os dois opositores será adiado pois, se são subjetivamente inimigos são, ainda, objetivamente aliados. Será a Revolução Russa a colocar um ponto final nessa possibilidade de adiamento.

Nesse sentido, a vitória do marxismo, enquanto projeto revolucionário, marca a exclusão do movimento operário anarquista. Essa é uma frase um tanto bombástica e, talvez, categórica demais. No entanto, penso que ela expressa, em diversos níveis, a realidade. Durante o processo da Revolução Russa e os descaminhos por ela seguidos, podemos acompanhar a eliminação ideológica do movimento anarquista, assim como a eliminação física dos anarquistas que o integravam. Por outro lado, a expansão do projeto revolucionário bolchevique a nível internacional — não estou aqui sequer pensando em sua eficácia ou em qualquer outro nível de questionamento — através da criação dos diversos Partidos Comunistas, irá contribuir significativamente para que o movimento anarquista se torne um permanente vencido. Não se pode confundir, no entanto, ser vencido com derrotado. Derrotado ele foi durante a Revolução Russa e na Rússia. Vencido ele vem sendo, mas nesse processo vem também se reorganizando e se reestruturando e, mais ainda, conseqüentemente recolocando questões para o movimento social.

Após 1917, de fato, podemos acompanhar um refluxo do movimento anarquista, com uma exceção, que, de resto, não é qualquer exceção — a Revolução Espanhola. Nela o anarquismo e o movimento anarquista se expressaram, talvez, em seu momento de maior energia e força, seja pelo momento histórico em que ela ocorre, seja pelo espaço geopolítico, pois era a Espanha um dos países em que o movimento anarquista era fortemente majoritário. E é quando podemos ver com maior nitidez se expressar a contradição fundante do movimento anarquista. É nesse momento que, como diz Eduardo Colombo, se coloca para o movimento anarquista com clareza o núcleo do problema: em suas palavras “como utilizar a força social própria e necessária ao evento revolucionário, sem construir e reconstruir o poder político existente, vale dizer Estado”.⁵

O momento histórico em que se dá a Revolução Espanhola, não é preciso dizer, está marcado pela Revolução Russa e os rumos que ela estava tomando. Esses não surpreendem os anarquistas que, desde sempre — Bakunin é, talvez o primeiro a dar o alerta — vinham olhando para qualquer processo que, ao invés de destruir o Estado, dele se apossasse, com um embrião de autoritarismo burocratizante. Malatesta escreve, em 1919, refletindo sobre a “ditadura do proletariado”: “O proletariado, naturalmente, faz parte dessa como o povo nos regimes democráticos. Ele aparece simplesmente para esconder a real essência das coisas. Na realidade se trata da ditadura de um partido, ou melhor, dos chefes de um partido; e à uma verdadeira ditadura, com seus decretos, suas sanções penais, seus agentes

5 Eduardo Colombo, “Le Idee Anarchiche e la Situazione Rivoluzionaria”, *Volontà. Rivista Anarchica Trimestrale*. 4, 1986 pp. 43-53.

executivos e sobretudo com sua força armada que hoje serve também para defender a revolução de seus inimigos externos, mas que servirá amanhã para impor aos trabalhadores a vontade dos ditadores, prender a revolução, consolidar os novos interesses e defender das massas uma nova classe privilegiada”.⁶

Pelo lado do capitalismo, o momento histórico a que estamos fazendo referência, mostra a estruturação do fascismo em suas diversas expressões, uma das quais em processo de germinação também na Espanha, anulando pouco a pouco as possibilidades de ação do movimento revolucionário. Todos esses fatores tem desdobramentos de grande importância que, no entanto, não cabe aqui serem analisados. O que nos interessa é que todos eles chamam cada vez mais os anarquistas para uma mesma arena que é a arena política, e a esse chamado os anarquistas terão que responder.

Sem dúvida os anarquistas responderão, mas essa resposta estará informada por sua contradição fundante. Respondem participando do governo, ou seja, militantes anarquistas ocuparão cargos no governo porém, ao fazê-lo, não avançarão nada no sentido da revolução: estando no “Palácio” não contribuíram em nada significativo para a transformação radical da sociedade, ao contrário, a maior parte das medidas legislativas implementadas no período caminharam mais na direção de legitimar o existente. Este não é, sem dúvida, aquele pré-revolucionário, mas as mudanças havidas foram produzidas pela ação revolucionária popular. Quando aqui me refiro a uma expectativa de ação na direção da mudança social estou pensando em atos e atitudes que levariam, senão à destruição do poder, pelos menos ao seu questionamento. E isso os homens no poder, mesmo que anarquistas, não se propõem a fazer. A esses não se pode imputar uma especial “sede de poder” que os levasse a procurar mantê-lo; constata-se, sim, como que uma impotência para desestruturar o poder desde dentro.

O questionamento desse poder se dá, e intensamente, por parte da revolução social levada avante nas ruas, nas cidades e nos campos, de forma a constantemente checá-lo através de experiências coletivistas e autogestionárias, nas quais a autonomia substitui a heteronomia. E na articulação dessa revolução social, chamemos assim, os anarquistas são majoritários e é a eles que cabe a tomada das decisões e a articulação do movimento, em suma. O que por sua vez nada mais é que uma situação de poder, não como poder de mando e sim como organização, mas assim mesmo poder. A ponte entre esse poder real exercido pelos anarquistas frente à revolução social e o poder institucional exercido por anarquistas no poder, no entanto, não se dá.

6 Enrico Malatesta, *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, São Paulo, 1989. cap. 1. “Anarquistas e socialistas”.

E não se dá não por incompetência de nenhuma das partes, mas simplesmente porque é uma ponte impossível, poderíamos mesmo dizer inexistente, pois o espaço de sua ação seria a política e essa não tem lugar para vir a ser. De certa forma, e com bastante cuidado, poderíamos dizer que nesse momento os anarquistas abriam um vazio político que fazia com que sua ação fosse uma ação contra eles mesmos. O espaço político da revolução popular, esse estava plenamente ocupado pelos anarquistas. Porém era necessário que outras esferas do político fossem criadas, que alternativas à política viessem a acontecer, recolocando-a em outra dimensão em que pudesse prescindir de sua dimensão do domínio. Esse passo o movimento anarquista não foi capaz de dar.

Os dois processos revolucionários acima marcaram, assim, momentos determinantes para o movimento anarquista. A Revolução Russa por inaugurar uma revolução socialista vitoriosa, uma vitória construída com base na exclusão, mas sempre uma vitória. A Revolução Espanhola por ser um momento em que a revolução social — em seu sentido anarquista — chega ao limite de seu acontecer: os anarquistas dão início ao processo revolucionário porém não conseguem avançar até seu final, por questões eminentemente internas ao movimento anarquista, como vem sendo configurado no decorrer de minha fala.

Esta reflexão sobre o anarquismo procura colocá-lo em uma dimensão contemporânea no sentido de resgatá-lo para a contemporaneidade como movimento vivo e atuante — ou pelo menos que seja possível olhá-lo como tal. Intencionalmente utilizei as duas revoluções do século XX para tornar mais clara e viva a contradição interna do movimento anarquista, provocada por sua dimensão utópica. Por outro lado também fica claro que a ruptura com a história é bem mais difícil de ser feita do que se pode imaginar e requer forças sociais e políticas construindo esse processo de ruptura com toda a consciência e clareza de que ele é longo e que jamais terá um momento de descanso e muito menos chegará a um ponto final. O anarquismo se mostra, assim, como a utopia das utopias.

Conferência apresentada em 21/7/1993.